



Guerra santa e interdito em Josué

Holy war and ban in Joshua

Joel Theodoro da Fonseca Junior

Resumo

Nos relatos do Antigo Testamento, particularmente nos livros de Deuteronômio e Josué, a ocorrência das guerras santas tem um papel muito importante para a compreensão daquele momento dentro da narrativa bíblica. Esses dois livros em especial nos apresentam a sua conceituação e a sua consolidação como modo de ação do povo de Israel, bem como informações de que outras nações mencionadas na Bíblia também praticavam a guerra santa. Além disso, outras fontes documentais confirmam o fato de que a prática era comum às nações da antiguidade. Quanto à guerra santa, o interdito divino desperta nosso interesse, e era algo também compartilhado pelos povos antigos, sendo que percebemos uma diferença na prática de Israel, que era a possibilidade de paz e vida, bastando para isso que, em tempos de guerra, houvesse a oferta de paz a Israel e a aceitação de Deus em lugar de suas divindades de origem. O caminho a percorrer é o da compreensão de algumas citações bíblicas, assim como perceber a contribuição de estudiosos dedicados ao tema, principalmente Richard Hess e Gordon Wenham.

Palavras-chave: Guerra santa. Interdito divino. *Herem*. Deus. Israel.

Abstract

In the narratives of the Old Testament, mainly in the books of Deuteronomy and Joshua, the occurrence of holy wars plays a very important

role in understanding that moment within the biblical narrative. These two books in particular present to us their conceptualization and consolidation as a mode of action of the people of Israel, as well as information that other nations mentioned in the Bible also practiced holy war. In addition, extrabiblical documents confirm the fact that the practice was common to the ancient nations. As for the holy war, the divine interdict interests us, being something also shared by ancient peoples, and we perceive a difference in the practice of Israel, which was the possibility of peace and life, since, in times of war, there would be the offer of peace to Israel and the acceptance of God instead of its deities of origin. The main texts are some Biblical quotations, as well as authors who support the theoretical construction, as Richard Hess and Gordon Wenham.

Keywords: Holy war. Ban. *Herem*. God. Israel.

Introdução

Este trabalho visa trazer mais discussão sobre um ponto debatido dentro e fora da ambiência teológica, qual seja a questão da guerra santa, que aparece em diversas culturas e religiões, mas, no âmbito deste trabalho, salvo referências em contrário, será conectada ao cristianismo em sua historicidade, incluindo, portanto, o povo hebreu veterotestamentário. Particularmente nos interessam episódios que são encaixados naquilo que autores como Hess podem chamar de “interdito divino” que, se, por um lado estão inseridos na questão da guerra santa, por outro, há peculiaridades que podem ser percebidas e que, de alguma forma, são mal compreendidas pois os consideramos de monta igual ao todo das guerras santas travadas na antiguidade. É conveniente termos em mente que o povo de Deus, no Antigo ou Novo Pacto, é em alguma medida influenciado pelos eventos ao seu redor, o que se vê também nos conflitos físicos em que se viu envolvido, quer seja nas guerras da antiguidade, quer nos conflitos armados em que esteve presente como ator ao longo da história da Igreja. É mister que a Igreja, sob a expressão dos princípios da Teologia, seja a grande alavancadora dos estudos atinentes ao que ocorre dentro de seus limites, mesmo que não se desprezem os estudos sérios de outras áreas do conhecimento.

Sabemos que não é nem tarefa de fácil monta e nem algo adequado que se estabeleçam julgamentos para temas cujo distanciamento temporal seja muito grande, com culturas distanciadas, já que os perigos que rondam os processos de anacronia são vastos e mui perigosos. As sociedades antigas nos deixaram legados importantíssimos para que tenhamos nos tornado o que somos e para que construamos, ainda para o futuro, lugares melhores para a nossa história. Como Igreja, reconhecemos, sem juízo de valor, que as sociedades e até as religiões do passado nos imprimem marcas, mas o antigo Israel nos deixa marcas indeléveis ao tratarmos da percepção da mensagem cristã nestes pouco mais de dois mil anos. Assim, procuremos compreender melhor aquilo que, em registros poucos na Escritura Sagrada, pode nos mostrar coisas belas e construtivas para a nossa compreensão e espiritualidade cristã.

Vamos nos deter no tema da guerra santa como a conhecemos, e a respeito da qual há muitos excelentes textos em formas variadas. Mas, dentro desse tema abrangente, vamos discorrer mais sobre o tema do interdito divino, a fim de termos melhor percepção a respeito daquilo que envolvia a tradição teocrática de povos da antiguidade, sem excluir o povo de nosso maior interesse, o antigo povo de Israel. A saga começa no Pentateuco, mas vai se estabelecer como padrão prático no livro histórico de Josué.

1. A guerra santa

A questão da guerra santa não é fácil de se perceber. O mundo hodierno é bastante diferente daquele de eras atrás, e, quanto mais distante no tempo, tanto mais distanciados nos vemos dos conceitos e costumes, inclusive de civilizações admiradas por nós, dada a importância que têm para a formação do que somos hoje como sociedade, particularmente no Ocidente. Assim como nós, ainda hoje, e por diversas razões que não compõem o alvo deste trabalho, os povos da antiguidade travaram muitas e seguidas guerras. A nossa maneira de pensar mudou bastante e, não raramente, estabelecemos juízo de valor pautado nas premissas de hoje, sem nos preocuparmos devidamente em perceber como eram em outros tempos e culturas. Parece ofensivo para nós a ideia de uma guerra santa com a busca da eliminação de povoações inteiras, e isso nos conduz a percepções próximas à perplexidade, por sua crueldade aparente. Na antiguidade, no entanto, pensando em termos de sociedades

centradas em cultos a divindades as mais diversas, isso não parecia ser tão cruel assim, já que o resultado das guerras santas traria benefício para a expansão daquele povo e, conseqüentemente, o culto seria preservado e expandido, com parte dos espólios podendo ser preservados e dedicados ao regime cúllico-sacerdotal.

Entendemos que na antiguidade Israel praticava suas guerras como parte de suas atividades judiciais e, sendo uma nação teocrática, como todas de seu tempo, isso significava que as guerras de Israel eram a prática da justiça do próprio Deus através de seu povo, com a finalidade teológica de manter Israel afastado das contaminações pecaminosas por um lado e, por outro resolver as questões territoriais e afins entre Israel e as nações vizinhas. As demais nações também partilhavam das mesmas ideias e práticas, obviamente intercambiando suas divindades. Como menciona Robert Good, a guerra e as instituições legais funcionam para resolver disputas e, tanto a lei quanto a guerra haverão de trafegar na área da imposição das mais diversas sanções o que, ao tê-las aplicadas, em tese, o problema em questão estaria mitigado. Essa era a ideia por detrás tanto da concepção quanto da aplicação na antiguidade da guerra santa e suas finalidades.¹

Israel não era diferente disso, se o entendermos como um daqueles povos, sincronicamente encaixado no tempo e no espaço. Michael Walzer, pontuadamente, inicia seu artigo dizendo que “para o leitor moderno, a conquista de Canaã, com todo o seu abate, é o momento mais problemático da história de Israel antigo”, mas logo na frase seguinte ele arrazoá que “não há razão para pensar que é igualmente problemático para os escritores bíblicos”,² o que é respaldado e explicado bíblicamente por textos nos quais lemos claramente que o despojamento dos povos canaanitas se daria por duas razões claras: pela perversidade daqueles povos face à Lei do Senhor³ e por causa da

¹ GOOD, R. M., *The Just War in Ancient Israel*, p. 387.

² Tradução livre de “For the modern reader, the conquest of Canaan, with all its attendant slaughter, is the most problematic moment in the history of ancient Israel. There is no reason to think that it is similarly problematic for the biblical writers”. WALZER, M., *The Idea of Holy War in Ancient Israel*, p. 215.

³ “Não é pela tua justiça nem pela retidão do teu coração que entrarás na posse de suas terras, mas é por causa da perversidade dessas nações que o Senhor as despoja diante de ti” (Dt 9,5a).

promessa divina feita aos antepassados dos hebreus que haveriam de a possuir.⁴ Com isso, o povo de Israel prosseguia em direção à Terra Prometida na certeza de que ela lhe pertencia não por motivações outras que a determinação divina de desalojar povos extremamente maus, e não por quaisquer atributos positivos em Israel. Dessa forma, a guerra santa ganhava os contornos adequados para aqueles dias, quais sejam fazer a vontade da sua divindade. Sabemos que os mandamentos e ordenanças refletem princípios de fé, e não há por qual razão imaginar que a obediência a eles poderia ser acompanhada de má consciência. Ao contrário, cada fiel israelita deveria se juntar às guerras santas pela honra e devoção a Deus.

Além de deixar claros os motivos, o mesmo livro bíblico apresenta uma codificação de instruções a respeito dos momentos em que as guerras fossem inevitáveis ou necessárias. Parte dessas instruções tem forte reflexo no início do livro de Josué. Dt 20, 1-4 é um trecho no qual o mais importante é a colocação de que o próprio Senhor Deus de Israel estaria marchando rumo à guerra juntamente com seus filhos, os hebreus. A presença de Deus na guerra seria a garantia constante de vitória, mesmo que os inimigos fossem mais numerosos ou mais bem preparados para a guerra. O único senão quanto a essa garantia era a situação pecaminosa de Israel, que traria uma espécie de juízo reverso contra o próprio povo, numa clara intenção de manter firme o serviço de Israel ao Deus nacional. Temos os versículos:

Quando saíres à guerra contra teus inimigos e vires cavalos, carros e um exército mais numeroso que o teu, não tenhas medo, porque o Senhor, teu Deus, que te tirou do Egito, está contigo. Quando se aproximar o momento do combate, o sacerdote se adiantará para falar ao povo: Ouve, Israel! Ihe dirá ele. Ides hoje combater contra os vossos inimigos: que vossa coragem não desfaleça! Não temais, nem vos perturbeis, nem vos deixeis amedrontar por eles. Porque o Senhor, vosso Deus, marcha convosco para combater contra os vossos inimigos e para vos dar a vitória.

Não é difícil perceber que a principal influência na narrativa de Josué é o livro de Deuteronômio, quer seja pela aplicação prática da esperada tomada

⁴ “E é também porque o Senhor, teu Deus, quer cumprir a palavra que deu com juramento a teus pais, Abraão, Isaac e Jacó” (Dt 9,5b).

da Terra Prometida, quer seja pelo exercício de uma teologia nacional centrada num Deus único que, uma vez tendo livrado o seu povo de uma situação de escravidão em terra estrangeira, agora o conduzia tanto para longe de seu algoz quanto para a tomada de algo que havia sido prometido aos seus pais nacionais e espirituais, Abraão, Isaac e Jacó. Essa é a tese defendida por Gordon Wenham, que menciona o fato de alguns pensarem ser o livro de Josué a segunda parte do texto de Deuteronômio, ao que ele estabelece cinco razões teológicas que mantêm ambos os livros ligados entre si. Ele menciona (a) a guerra santa, (b) a terra e sua distribuição, (c) a unidade de Israel, (d) o papel de Josué e (e) a Aliança e a Lei de Moisés. Embora todos sejam muito interessantes para essa questão, nosso interesse maior reside sobre o primeiro deles, a guerra santa. Ele inicia esse ponto mencionando que o texto de Deuteronômio é, sem qualquer dúvida, a fonte mais preciosa para percebermos os conceitos de guerra santa em todo o Antigo Testamento.

Uma releitura desse artigo se encontra em português.⁵ Nela vemos que os princípios citados por Wenham ganham concisão e didatismo. A partir das instruções deuteronômicas, os autores entram no texto de Josué mencionando que o livro ilustra os princípios da guerra santa, particularmente nos episódios de Josué e Ai (Js 2; 6; 8; 10; 11) e menciona o contraponto da disciplina divina em face da desobediência dos hebreus nos episódios de Ai e dos gibeonitas (Js 7; 9), a confirmação de que Deus lutaria ao lado e por Israel (Js 2; 5; 9; 10). Todo o episódio de guerra santa começa antes de haver guerra, com as promessas registradas de que Deus daria sucesso, conforme lemos em Js 1,6.9; 6,2; 8,1; 10,8; 11,6. Para tal, bastaria que houvesse empenho, fidelidade e coragem. É da lavra de Wenham que lemos:

Os capítulos 1 a 11 contêm quatro declarações completas do tema da guerra santa: a conquista de Jericó, o segundo ataque a Ai, as campanhas judaicas e galileanas (capítulos 2; 6; 8; 10; 11). Além disso, há duas histórias da falha em realizar a guerra santa, o primeiro ataque a Ai e o tratado com os gibeonitas (capítulos 7; 9).⁶

⁵ DILLARD, R. B.; LONGMAN III, T., Introdução ao Antigo Testamento, p. 112–114.

⁶ Tradução livre de “Chs. 1-11 contain four full-length statements of the holy war theme: the conquest of Jericho, the second attack on Ai, the Judean and the Galilean campaigns (chs. 2, 6, 8, 10, 11). In addition, there are two stories of failure to carry out the holy war, the first attack on

Uma das estratégias de Deus na guerra santa era ir adiante de Israel infundindo terror nos povos contra os quais haveria de lutar antes mesmo de qualquer guerra física, conforme vemos em Js 2,9. 24; 5,1; 9,24; 10,21. A isso, ele acrescenta que o papel dos espias do capítulo 2 era muito mais de encorajar os israelitas que trazer qualquer informação tática plausível. Nesse ponto, o que vemos é a contra história de Nm 13; 14, quando os espias são enviados à mesma Canaã, sendo que desencorajam todo o povo, gerando o castigo do Êxodo. Sob o comando de Moisés, Josué e Caleb foram as vozes vencidas em Números e pagaram a pena juntamente com os demais. Desta feita, no livro de Josué, este é o líder no lugar do já morto Moisés. Josué, antes espia com voz vencida, agora era líder vencedor. As inversões situacionais parecem intencionalmente demonstrar que erros podem ser revertidos diante de Deus, que não vale a pena confrontar a vontade de Deus e que Deus está ao lado dos que lhe são fiéis, não tendo por inocente aquele que é culpado.

Portanto, a questão de guerra santa no Antigo Testamento pode ser mais bem compreendida a partir da leitura de Deuteronômio e Josué. Neste último, o exercício da guerra santa alcança patamares elásticos e bastante práticos, deixando para os textos anteriores o vigor das ordenanças divinas e o preparo do povo para o que lhe competiria fazer quando se deparasse com aqueles povos proscritos por Deus. No ambiente de Josué encontraremos o cumprimento das ordens e admoestações divinas, com Deus infundindo o terror antecipadamente aos habitantes da terra, garantindo a vitória a Israel de modo circunstancial, ou seja, desde que o povo fosse fiel a Deus, e, da mesma sorte, sendo Deus coerente e punindo as mazelas e os desvios pecaminosos do próprio Israel. Afinal de contas, se Deus estava a desalojar os canaanitas por seus pecados, por qual razão não puniria os pecados de seu próprio povo? É nessa trama que adentramos ao cerne de nosso interesse, o interdito divino, uma espécie de subproduto da guerra santa.

2. O interdito divino

Lemos assim em Js 2,10: “Ouvimos dizer como o Senhor secou as águas do mar Vermelho diante de vós, quando saístes do Egito, e como, além do

Ai and the treaty with the Gibeonites (chs. 7 and 9)”. WENHAM, G. J., *The Deuteronomic Theology of the Book of Joshua*, p. 140.

Jordão, tratastes os dois reis dos amorreus, Seon e Og, os quais votastes ao interdito”. Para termos uma ideia de como o pensamento hebreu até hoje entende isso, vejamos que a *Jewish Encyclopedia* traz que o vocábulo hebraico *herem*⁷ é “uma proclamação dedicando ou consagrando à Deidade pessoas ou coisas a serem excluídas do uso, ou, como era a regra nos tempos bíblicos, para ser totalmente destruída”.⁸ Além disso, o site *My Jewish Learning* traz que “A palavra hebraica *herem* é traduzida variadamente como ‘proscrito’, ‘dedicado à destruição’ e mais tarde como ‘excomunhão’. Às vezes construído como um verbo, às vezes como um substantivo, *herem* se refere à separação ou proibição de algo ou alguém”.⁹ E, para confirmar sua tese, o texto prossegue mencionando Ex 22,20¹⁰ como a primeira aparição do termo na Escritura, em cujo contexto o vocábulo, com carga semântica de destruição, provavelmente traga a ideia de punição de alguém que ofereça sacrifícios a outro deus que não o Deus de Israel. Ainda temos “um *herem* é um tipo de voto de dedicação, semelhante ao *neder* de dedicação em todos os aspectos, exceto que é irrevogável e irredimível (Lv 27-28a), mas *herem* também pode significar destruição total, geralmente no contexto da guerra ou da aniquilação de idólatras”.¹¹

Richard Hess apresenta um dos maiores trechos literários a respeito do interdito divino traduzido ao português. Em sua obra, ele diz que essa referência de Josué “introduz o verbo ‘dedicar ao interdito’ (heb. *ħrm*) ao vocabulário de Josué. Não se emprega esse verbo na derrota de Siom e Ogue em Nm 21,21-35”.¹² O mesmo autor, em nota de rodapé, explica que o mesmo verbo ocorre alguns versículos antes dessa citação, quando Israel derrota cidades na região

⁷ Utilizaremos de forma intercambiável as formas transcritas *ħrm*, *herem* ou *herem*, a fim de manter proximidade com os textos consultados.

⁸ Tradução livre de “A proclamation devoting or consecrating to the Deity persons or things to be excluded from use, or, as was the rule in Biblical times, to be utterly destroyed”. *Jewish Encyclopedia*, HEREM.

⁹ Tradução livre de “The Hebrew word *herem* is translated variously as ‘proscribed’, ‘devoted to destruction’ and later as ‘excommunication’. Sometimes constructed as a verb, sometimes as a noun, *herem* refers to the separation or banning of something or someone”. RATZABI, H., What Is Herem?

¹⁰ “Aquele que oferecer sacrifícios a outros deuses fora do Senhor, será votado ao interdito”.

¹¹ Tradução livre de “a *herem* is a type of dedicatory vow, similar to the dedicatory *neder* in all respects except that it is irrevocable and unredeemable (Leviticus 27:28a), but *herem* can also mean total destruction, usually in the context of war or the annihilation of idolaters”. BENOVIKZ, M., *Herem*, p. 69.

¹² HESS, R., Josué, introdução e comentário, p. 41.

do Neguebe (vide Nm 21,1-3). Hess defende que o verbo começa a ser empregado de modo cada vez mais intenso e com ênfase tanto maior, quanto maior fosse a necessidade de exposição dos princípios divinos e seus resultados práticos nas guerras.

Da mesma forma que Wenham, Hess tece suas conclusões a partir do ensaio teológico do livro de Josué, e, como aquele, também aponta as razões teológicas para a leitura dos fatos em Josué. Ele apresenta quatro, aproximando-se nas três primeiras de Wenham: (a) guerra santa e interdito, (b) a terra como herança, (c) a aliança entre Deus e Israel e (d) o Deus santo e redentor. Como podemos ver, Wenham começa por “guerra santa”, e trata o tema de modo amplo, geral, ao passo que Hess começa por “guerra santa e interdito” incluindo a ideia de algo especial que estava no próprio contexto de guerra santa, mas com especificidades e particularidades bastante sensíveis. Inicialmente prevalece a mesma ideia de maldade e perversidade como testemunho contra Israel que vem com o tema da guerra santa, mas, no caso do interdito, descobre-se com mais força documental que os povos da antiguidade tinham a mesma prática e que Israel, na verdade, havia abrandado as leis e as consequências diretas do uso do interdito, e isso por direção divina.

Na localidade de Mari, no século dezoito a.C., também se dá a notícia de um interdito a fim de obter maiores despojos de guerra com finalidade exclusivamente cültica. Hess cita Malamut num interessante artigo¹³ de sua autoria. Esses documentos de Mari tiveram enorme impacto nos estudos relacionados à história dos povos da antiguidade, particularmente lançando luz sobre Israel, desviando do povo hebreu a acusação de ser um povo simplesmente aniquilacionista e particularmente perverso em meio a povos indefesos e naturalmente bondosos. Essas acusações são comuns em dias atuais, quando a narrativa bíblica costuma ser atacada geralmente sem conhecimento de causa de forma ampla. Ao analisar Malamut, Hess encontra nele a explicação de que a manifestação paralela mais instrutiva, ou aproximativa, entre os episódios de Mari e os de Israel é exatamente o compartilhamento do conceito de interdito divino e sua utilização naquele cenário como meios próprios de punição pelas transgressões. Entenda-se, claro, que se fala aqui de transgressão no sentido pecaminoso, haja vista as sociedades serem teocráticas em sua essência. Fazendo uma leitura de Malamut, Hess comenta que:

¹³ MALAMAT, A., Mari, p. 2–22.

Essas ideias paralelas de (1) guerra total contra seres vivos e contra todos os bens e (2) seu entendimento à luz de dedicação à divindade nacional são conhecidos na Moabe do século IX (onde se emprega a mesma raiz hebraica *hrm*), na Assíria daquela época e no Egito do século XII. Mesa, rei de Moabe, registra como tomou de Israel a cidade de Nebo, matou todos os que havia nela e “dedicou” a cidade a seu deus, Astar-Camos. Dessa forma, o tipo de guerra atribuída a Israel em Josué não se origina numa teologia de “guerra santa” peculiar à teologia do Antigo Testamento. Pelo contrário, é uma ideologia política que Israel partilhava com outras nações. Todas as guerras travadas por um país eram “guerras santas”, dedicadas à glorificação da divindade nacional e à ampliação do reinado da divindade. Se existe um aspecto distintivo da atitude de Israel frente à guerra, ela é que Deus não aprovava todas as guerras. Esses exemplos, tais como a batalha de Ai (Js 7), ilustram a teologia distintiva de Israel quanto à guerra.¹⁴

Em concordância e sob o título “Interdito dedicado à Deidade”, a já citada *Jewish Encyclopedia* traz a informação de que:

O rei Mesa de Moabe diz em sua inscrição (linhas 16-18) como, depois de ter levado os navios de Javê da cidade de Nebo e, arrastando-os diante de Camos, seu deus, ele dedicou (*heheramti*) 7.000 prisioneiros a Astar-Camos, e como ele “matou os habitantes de Astarot como um espetáculo para seu deus Camos” (linha 12). Como regra geral, o povo, antes de ir para a guerra, dedicou, na forma de um voto, todo o saque à deidade, a fim de garantir sua ajuda vitoriosa. Assim como os teutônicos e gauleses, de acordo com Tácito e César; e da mesma forma que Israel prometeu “votar o interdito” aos cananeus e suas cidades no caso de Deus entregá-los em sua mão: “O Senhor ouviu os rogos de Israel e entregou-lhe os cananeus, que foram votados ao interdito juntamente com as suas cidades. Deu-se a esse lugar o nome de Horma” (Nm 21,3).¹⁵

¹⁴ HESS, R., Josué, introdução e comentário, p. 41–42.

¹⁵ Tradução livre de “King Mesha of Moab tells in his inscription (lines 16-18) how, after having carried off the vessels of Yhwh from the city of Nebo and dragged them before Kemosh, his god, he devoted (‘heheramti’) 7,000 prisoners to Ashtor-Kemosh, and how he ‘slew the inhabitants of Astarot as a spectacle to his god Kemosh’ (line 12). As a rule, the people, before going to war, devoted, in the form of a vow, the whole booty to the deity in order to secure its victorious aid.

Pelas citações, podemos inferir que os hebreus nada faziam além daquilo que era normal para os padrões de seu tempo e cultura. Portanto, não cabem acusações de malignidades particulares sobre o padrão israelita nos tempos de Josué. No entanto, quando voltamos nosso olhar com cuidado para o texto bíblico, veremos que há pelo menos dois diferenciais que incidem sobre a prática do interdito por parte de Israel, e ambos também estão sob a ordem direta de Deus. É nesse ponto que nos aproximamos de Js 6; 7, pois a prática do interdito precisava entrar em cena de maneira didática, a fim de que Israel entendesse a sua relação com Deus, com as nações pagãs ao seu redor e com a própria consciência de povo separado por e para Deus. A importância dos eventos de Jericó, com a estonteante e miraculosa vitória (capítulo 6), e aqueles que se seguem envolvendo a desobediência e o castigo de Acã (capítulo 7) não tinham um fim em si mesmos, mas eram um ensinamento que deveria ser internalizado e preservado por toda a história futura de Israel. O ensinamento tinha como pano de fundo a guerra santa e o interdito, mas o seu âmago era tanto a obediência quanto a fidelidade permanente do povo de Israel. Não apenas Israel aprendia a ser obediente a Deus, como também aprendia que Deus estendia misericórdia para além de Israel às outras nações, acolhendo, inclusive, o inimigo que se passasse ao lado hebreu e seu Deus. Essa questão é semelhante à pregação antecipada do Senhor Jesus nos Evangelhos, e que se segue por todo o Novo Testamento, que prevê o chamamento de povos antes inimigos à sombra de Deus, obtendo assim a sua misericórdia.

Uma vez mais nos lembramos que Js 6; 7 estão sob a orientação direta de textos deuteronômicos, como Dt 20,10-11, onde lemos a seguinte instrução a Israel, para quando estivesse na Terra Prometida: “Quando te aproximares para combater uma cidade, oferecer-lhe-ás primeiramente a paz. Se ela concordar e te abrir suas portas, toda a população te pagará tributo e te servirá”. Vemos que esses dois versículos trazem autorização divina para que Israel retribua com paz todos quantos lhe oferecerem a paz sem resistência e lhe abrir as portas da cidade. Neste ponto, recorreremos novamente a Hess, que nos diz que:

So did the Teutons and Gauls, according to Tacitus and Cæsar; and in like manner did Israel vow to ‘ban’ the Canaanites and their cities in case God would deliver them into his hand: ‘and they banned [A. V. ‘utterly destroyed’] them and their cities: and he called the name of the place Hormah’ (Num. xxi. 3)”. JewishEncyclopedia, Interdito dedicado à Deidade.

A questão da obediência de Israel ao interdito surgiu na maneira como tratou Raabe (Js 2) e também como praticou o interdito em suas guerras. Aqueles que condenam os espíões por fazerem um tratado com Raabe e não seguirem a teologia do interdito (Dt 20) não mencionam o uso que a própria Raabe faz do vocábulo (Js 2,10). (...) O povo exigiria mais explicações ao invés de um ato de misericórdia e gratidão de permitir à família de Raabe viver, caso sentissem que isso traria juízo divino sobre eles. O fato de que o juramento passa sem ser mencionado indica que misericórdia para aqueles que se unissem a Israel era considerada apropriada à aliança com Deus. O uso que Josué faz da palavra “interdito” em 6,16-19 vem em apoio a isso. No mesmo contexto em que ordena que se poupe Raabe, ordena que o restante de Jericó seja dedicado ao interdito. (...) Raabe transferiu sua lealdade de Canaã e suas divindades para Israel e o Deus de Israel.¹⁶

O problema levantado por vezes parece não fazer sentido ao percebermos que Raab estava inserida no contexto do interdito, mesmo que esse formato de interdito estivesse afastado em alguma medida daquele praticado por outras nações ao redor de Israel. Lawson Stone enfatiza o fato de a resposta de Raab ter sido diametralmente oposta à dos reis canaanitas. Desde o capítulo 2 o cerco de conceitos e de argumentos divinos que haviam sido prescritos por Moisés estavam sendo montados de forma cabal. Ele considera que entre 2,1-5,15 o necessário e específico status teológico havia sido instaurado para a conquista final de Canaã, a começar por Jericó, exatamente a batalha em que o interdito haveria de se mostrar na prática na campanha militar de posse da Terra Prometida. A resposta dos reis de Canaã, oposta à de Raab, foi uma resposta clara para Israel de que Deus estava também respondendo. Então, consideramos que do início à totalidade do capítulo 5 de Josué estejamos diante da introdução ao que viria a ser a conquista e seus desdobramentos, enquanto a resposta detalhada a isso viria nos capítulos seguintes, de 6 a 8.¹⁷

As instruções de Josué nos permitem ver que, para ele, Jericó se enquadrava realmente na categoria de ser totalmente dedicada a Deus (*herem*), com clara percepção do emparelhamento de ideias antes opostas, como o sagrado e o profano, o limpo e o impuro e coisas afins nas instruções de Deus

¹⁶ HESS, R., Josué, introdução e comentário, p. 42–43.

¹⁷ STONE, L. G., Ethical and Apologetic Tendencies in the Redaction of the Book of Joshua, p. 32.

ao seu povo. O coração do *herem* é a propriedade de Deus, uma propriedade que não poderia ser redimida no sentido de ser utilizado por outros que não o próprio Deus e violar isso era como roubar algo de pertencimento exclusivo de Deus e, por isso mesmo, trazer prejuízo de castigo aos infratores. Sabemos que o contexto era religioso e que o interdito reservava tudo para Deus, pelo menos por duas razões: a entrega a Deus de tudo que ele havia requerido, o que seria utilizado posteriormente como parte dos utensílios cúlticos após sua dedicação e transformação¹⁸ e a sua destruição total. O interdito era uma forma de punição, mas era também uma forma de preservar tudo para a divindade, já que o ganho auferido pelos combatentes daqueles tempos era advindo geralmente da coleta dos despojos do campo de batalha. Mas, quando se trata de vidas humanas, o interdito proclamado sobre Jericó era uma afirmação tácita de que Deus era o proprietário exclusivo de coisas e pessoas e que não toleraria a mistura pagã com Israel.

A exceção a tudo isso é clara: Raab seria poupada porque tinha se voltado a Deus, escondendo os espiões enviados antes da invasão.¹⁹ E mais uma vez o interdito é posto em prática, pelo uso da representatividade: se no capítulo 7 todos são considerados culpados perante Deus por causa da desobediência de Acã,²⁰ agora todos da família de Raab seriam poupados por sua fidelidade. A diferença é posta às claras: o destino da cidade é o oposto do destino da prostituta Raab: seu destino é selado e, após os juramentos e condicionantes impostos anteriormente, temos a narrativa do destino da mulher e de sua família e, nas entrelinhas, temos a confirmação do caráter justo e íntegro do novo líder, Josué, que não deixou de cumprir o interdito conforme a ordem de Deus, mas honrou também o juramento feito por seus emissários e endossado por ele próprio. A mulher viveu com sua família, a partir de então, “no meio de Israel”,

¹⁸ “Toda a prata, todo o ouro e todos os objetos de bronze e de ferro serão consagrados ao Senhor e farão parte do seu tesouro” (Js 6,19).

¹⁹ “A cidade será votada ao Senhor por interdito, como tudo o que nela se encontra; exceção feita somente a Raab, a prostituta, que terá a sua vida salva com todos os que se encontrarem em sua casa, porque ocultou os espiões que tínhamos enviado” (Js 6,17).

²⁰ “Os israelitas cometeram uma infidelidade a respeito do interdito. Acã, filho de Carmi, filho de Zabdi, filho de Zara, da tribo de Judá, reteve para si algumas coisas condenadas, e a cólera do Senhor inflamou-se contra os israelitas” (Js 7,1).

numa clara alusão à integração dessa família no meio israelita.²¹ Isso é tão verdadeiro, que a própria Escritura o confirma na genealogia que inaugura o texto de São Mateus, quando a coloca como ascendente direta e próxima do rei Davi e, obviamente, como ascendente na linha direta do próprio Senhor Jesus: “Genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão. Salmon gerou Booz, de Raab. Booz gerou Obed, de Rute. Obed gerou Jessé. Jessé gerou o rei Davi” (Mt 1,1.5).

Aqui temos algumas peculiaridades claras: o interdito estava em vigor e era observado pelos povos da antiguidade. Israel, naquele contexto, observava o seu próprio interdito divino. De modo peculiar e fora dos costumes de seu tempo, o interdito praticado por Israel poderia ser inclusivo e acolher estrangeiro, desde que propusessem paz a Israel na iminência da guerra ou, como vimos em Raab, demonstrasse lealdade ao Deus de Israel em detrimento de suas antigas divindades. O fato de Israel praticar um interdito com diferenciais e com vidas poupadas não invalidava o interdito, mas o tornava mais justo, não aos olhos naturais e humanos, mas em face do olhar do Deus que oferece misericórdia aos arrependidos.

É possível que tenhamos aqui uma outra proposição didática a Israel mediante a utilização do interdito divino. O interdito provavelmente era praticado pelas nações da antiguidade e por Israel quando da primeira batalha numa nova campanha militar. Essa primeira batalha representava para os hebreus aquilo que eles tinham sido instruídos a respeito dos primeiros frutos a serem entregues a Deus como obrigação. Era um princípio que deveria estar presente na relação entre o povo de Israel e seu Deus. Além de receberem a instrução de levarem a Deus as primícias de seus rebanhos e de seus próprios filhos sendo substituídos sacrificialmente perante o sacerdote pela entrega de um animal, a ordem era clara: não se apresentarem diante de Deus de mãos vazias.²² As batalhas inaugurais, portanto, representavam uma oportunidade, como visto, de solicitar as bênçãos de Deus na batalha, mas, de certa forma, era

²¹ “Josué conservou a vida de Raab, a prostituta, bem como a da família de seu pai e a de todos os seus, de sorte que ela habitou no meio de Israel até este dia, porque ela havia ocultado os mensageiros enviados a explorar Jericó” (Js 6,25).

²² “Todo primogênito me pertence, assim como todo macho primogênito de teus rebanhos, tanto do gado maior como do menor. Resgatarás com um cordeiro o primogênito do jumento; do contrário, quebrar-lhe-ás a nuca. Resgatarás sempre o primogênito de teus filhos; e não te apresentarás diante de minha face com as mãos vazias” (Ex 34,19-20).

também o cumprimento de entregar a Deus os primeiros frutos daquela nova campanha. No caso de Canaã, Jericó representava os primeiros frutos, razão de sua dedicação exclusiva a Deus. A partir da batalha seguinte, os despojos não seriam mais do tesouro cültico de Deus, mas do povo que combatia por Deus. Entende-se, portanto, haver múltiplas aplicações didáticas possíveis ao povo de Deus para além daquela que inicialmente possamos divisar.

Conclusão

As guerras santas sempre existiram entre os povos, e não apenas em Israel e sua história antiga. Na atualidade, o conceito ainda é bastante vívido se percebermos movimentos teocráticos, ou menos que isso, em tantas partes no mundo onde ainda algumas religiões se valem da força para impor suas designações teológicas. A maioria dos povos hoje, talvez por sua enorme secularização, não mais vai à guerra por essa razão, não sendo mais chamadas, portanto, guerras santas. Da mesma forma que as guerras santas da antiguidade eram uma espécie de padrão e de normalidade entre os povos, no bojo da guerra santa havia um item em especial, que era denominado interdito divino, que separava para a divindade a parte primeira dos frutos de uma batalha que estava inaugurando uma nova fase, uma nova campanha militar. O resultado imediato eram oferendas às divindades: vidas e objetos de valor que eram entregues e depositados como parte da aliança assumida por aquele povo com sua divindade. Israel fazia o mesmo, o que era chamado de *herem*. Mas havia uma diferença: no caso dos hebreus havia a possibilidade de salvar vidas e acolher aqueles que acenassem com paz como parte do povo hebreu. Vimos no episódio de Raab que, com a dedicação do interdito a Deus, os bens deveriam ser preservados e entregues para o serviço divino, ao passo que as vidas não deveriam ser poupadas, a menos que aquela vida se entregasse a Deus e ao seu povo.

O interdito separava na sua totalidade bens e gente para Deus, no caso da experiência de Israel. A não entrega dos bens e a não morte das pessoas significava suprimir de Deus aquilo que lhe pertencia por direito divino. Sabemos que o sangue na antiguidade tinha fortíssimas características sacrificiais, mas sabemos também que o Deus da Escritura não reconhecia e nem permitia sacrifícios humanos. Então, como explanado, a morte dos inimigos no interdito tinha a finalidade de expurgar práticas pecaminosas e

evitar que elas se instalassem no povo de Israel. Mas, uma vez que houvesse arrependimento e algum inimigo passasse a adorar o Deus de Israel, isso significava que o perigo estaria afastado, e deixar o convertido com vida cumpriria assim mesmo o seu papel, uma vez que sua integração ao povo hebreu não representaria mais o perigo da apostasia. Dessa forma, o interdito continuava sendo cumprido por causa de sua finalidade mais profunda, mesmo que o interdito, nesse caso, quando aplicado por Israel, diferisse daquele praticado pelas demais nações.

Teologicamente, temos algumas aplicações práticas. A primeira é que o interdito como praticado pelos hebreus, por mais que estejamos afastados no tempo e no espaço dessa realidade, é o reconhecimento da soberania de Deus e o fato de tudo estar sob seu governo. Assim, o mesmo Deus que permitiu que Israel se valesse de um expediente de seu tempo e de sua cultura, também ordenou adaptações de sua natureza, a fim de que o interdito cumprisse de fato um papel de importância da construção do caráter do povo de Deus. Entendemos também, em segundo lugar, que para Deus, a pessoa viva valia mais que a pessoa morta, e isso se revela verdadeiro no episódio de Raab, em que o seu arrependimento e a sua adesão a Deus fez com que ela agisse, primeiramente ao esconder os espiões, e, depois, em buscar a aliança com o povo sobre o qual, sabia ela, estava a misericórdia de Deus: isso lhe promoveu a vida, e à sua família também. Raab viveu uma transformação de destino à altura dos evangelhos séculos e séculos depois: antes sob a condenação da morte, ao conhecer Deus e ser alvo de sua misericórdia, passa da morte à vida e se torna parte da família de Deus. Antes sob interdito, agora sob misericórdia. Antes inimigo, agora filho de Deus. Antes uma guerra física, agora uma batalha de ordem espiritual. Essa é uma mensagem totalmente neotestamentária, mas buscada na aplicação conceitual da guerra santa, particularmente nos episódios do interdito divino. Em concordância, finalizo com as palavras de Lawson Stone: “Intérpretes cristãos alinham a guerra santa com a compreensão de que a ação de Deus na história atinge seu objetivo na conquista do mal por Jesus e, assim, encontra o fim desta tradição no Novo Testamento na transformação da guerra santa em guerra espiritual”.²³

²³ Tradução livre de “Christian interpreters align holy war with the understanding that God’s action in history reaches its goal in Jesus’ conquest of evil and thus find the terminus of this

Referências bibliográficas

BENOVITZ, M. Herem: The Communal Vow. In: BENOVITZ, M. **Kol Nidre: Studies in the Development of Rabbinic Votive Institutions**. U.S.A: Brown Judaic Studies, 2020. p. 69–110. Disponível em: <<http://doi.org/10.2307/j.ctvzpv5pq.9>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria. Bíblia online. Disponível em: <<https://www.claret.org.br/biblia>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

DILLARD, R. B.; LONGMAN III, T. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2006.

GOOD, R. M. The Just War in Ancient Israel. **Journal of Biblical Literature**, v. 104, n. 3, p. 385-400, 1985. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3260920>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

HESS, R. **Josué, introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 2010.

JewishEncyclopedia. HEREM. Disponível em: <<https://jewishencyclopedia.com/articles/2433-ban#anchor1>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

JewishEncyclopedia. Interdito dedicado à Deidade. Disponível em: <<https://jewishencyclopedia.com/articles/2433-ban#anchor1>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MALAMAT, A. Mari. **The Biblical Archaeologist**, v. 34, n. 1, p. 2-22, 1971. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3210950>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

RATZABI, H. What Is Herem? Disponível em: <<https://www.myjewishlearning.com/article/herem/>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

STONE, L. G. Ethical and Apologetic Tendencies in the Redaction of the Book of Joshua. **The Catholic Biblical Quarterly**, v. 53, n. 1, p. 25-36, 1991.

tradition in the NT transformation of holy war into spiritual warfare”. STONE, L. G., Ethical and Apologetic Tendencies in the Redaction of the Book of Joshua, p. 26.



ISSN 2596-2922

DOI: 10.46859/PUCRio.Acad.ReBiblica.2596-2922.2022v3n5p92

Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43718218>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

WALZER, M. The Idea of Holy War in Ancient Israel. **Journal of Religious Ethics**, v. 20, n. 2, p. 215-228, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40015152>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

WENHAM, G. J. The Deuteronomic Theology of the Book of Joshua. **Journal of Biblical Literature**, v. 90, n. 2, p. 140-148, 1971. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3263755>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

Joel Theodoro da Fonseca Junior

Doutorando em Letras Clássicas pela Faculdade de Letras da UFRJ
Docente na Faculdade Presbiteriana Mackenzie-Rio
Rio de Janeiro / RJ – Brasil
E-mail: joeltheodoro@gmail.com

Recebido em: 30/01/2022

Aprovado em: 07/04/2022